

O paradigma utópico em Jon Sobrino

Rodrigo Costa Silva ¹

Resumo: O termo utopia aparece na reflexão teológica latino-americana desde seus inícios. Dada a dificuldade de se refletir teologicamente em um contexto de pobreza e opressão, e diante da urgência de uma libertação integral para os povos da América Latina, muitos autores lançaram mão do termo para expressarem a necessidade de práticas propulsoras que visam a aproximar ou realizar esse anseio de libertação. Este trabalho analisa a presença do paradigma utópico na obra de Jon Sobrino, explicitando o conceito de utopia trabalhado por esse autor, e investiga a relação entre cristianismo e discurso utópico, apontando as possíveis incompatibilidades do uso do termo na reflexão teológica cristã.

Palavras-chave: Utopia – Esperança – Teologia da libertação.

Abstract: The term utopia has appeared in Latin American theological reflection since its beginnings. Given the difficulty of reflecting theologically in a context of poverty and oppression, and in view of the urgency of a full liberation for the peoples of Latin America, many authors have used the term to express the need for propelling practices that aim to approach or accomplish this longing for deliverance. This work analyzes the presence of the utopian paradigm in the work of Jon Sobrino, explaining the concept of utopia worked by this author, and investigates the relationship between Christianity and utopian discourse, pointing out the possible incompatibilities of the use of the term in Christian theological reflection.

Keywords: Utopia - Hope - Liberation theology.

INTRODUÇÃO

Vivemos num tempo caracterizado pelo fim dos grandes ideais utópicos que marcaram o século XX. Durante o último século, as utopias do comunismo, socialismo e das diversas descobertas científicas, acabaram por revelar a incapacidade de construírem um mundo mais humano e igualitário e, até mesmo, desvirtuaram ou distorceram muitos dos sonhos utópicos cultivados por muitos setores da sociedade. A falência das utopias provocou a crise e o desencantamento da militância, com a consequente descrença na política e nos movimentos sociais. O século XXI começou com uma profunda “ressaca” dos ideais utópicos, geradora de uma crise de sentido que cresce a cada dia. Paralelo à crise das utopias, vivemos um déficit de esperança, que parece aprofundar o vazio existencial e a perda da dimensão de futuro em muitos de nossos contemporâneos. Vive-se para o hoje, para o presente, sem preocupação

¹ Rodrigo Costa Silva foi bolsista da FAPEMIG e foi orientando do Prof. Dr. Eugenio Rivas em sua iniciação científica, concluída em 2017, como estudante de Teologia. Seu plano de trabalho esteve vinculado ao projeto de pesquisa de seu orientador, intitulado “Utopia e Teologia Latino-Americana”, dentro grupo de pesquisa “Teologia e novos paradigmas”. Sacerdote Redentorista, Rodrigo é graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em Teologia, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, curso concluído em 2017. E-mail do autor: r-costa-s@hotmail.com

com algum compromisso social ou com a transformação da sociedade. As promessas de satisfação do capitalismo aprofundam o individualismo e a consequente perda da dimensão social e da esperança.

Contrariamente ao que se vive na atualidade, nas décadas de 60 e 70, o mundo e de modo especial, a América Latina, foi fortemente agitada pelos ventos de diversas utopias sociais e políticas, que encontraram nos movimentos sociais do continente o solo fértil para se desenvolverem. Em meio a um contexto histórico de pobreza e opressão, as utopias foram o motor propulsor dos sonhos e da práxis de libertação do povo latino-americano. Os ventos da utopia chegaram também aos espaços eclesiais e foram acolhidos por muitos teólogos da Teologia da Libertação. Assim, durante certo período, muitos teólogos e militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da América Latina acreditaram ser historicamente possível, a antecipação ou realização do Reino de Deus na realidade sofrida do povo latino-americano. Muitos se sacrificaram e chegaram a doar a própria vida em prol da utopia do Reino de Deus. Esta intuição, longe de ser ingênua e equívoca, vai ao encontro das exigências do próprio cristianismo, que possui um conteúdo inevitavelmente social, isto é, a promoção do bem comum e a luta pela justiça.

O grande problema do discurso utópico é o seu caráter ambivalente, “ora sendo força propulsora em vista de uma meta maior, ora açulando a *hybris* humana na sua tendência à desmesura, ao excesso” (LIBANIO, 1989, p. 9). Muitos equívocos foram cometidos, quando se sucumbiu à “tirania dos fins”, esquecendo-se do que é basilar para a vivência de um autêntico compromisso cristão. Assim, a causa coletiva e a necessidade de libertação histórica se impuseram, muitas vezes, sobre as causas individuais e outras necessidades igualmente importantes. O que importava era a chegada, a realização da utopia, mesmo que para isso fosse necessário passar por cima de princípios éticos. Também a infiltração e utilização de categorias pouco compatíveis com as verdades basilares da fé cristã parecem ter reduzido seu conteúdo a uma dimensão puramente histórica e imanentista, em detrimento de sua dimensão transcendente, como denuncia a *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação* (1984) da Congregação para a Doutrina da Fé. Não acreditamos ter sido esta a intenção dos diversos teólogos da Teologia da Libertação, mas o próprio contexto conflitivo e injusto do continente, acabou por contribuir para a radicalização de alguns pressupostos. Com o passar do tempo, a não realização dos sonhos e promessas de um outro mundo possível, bem como a opressão crescente sobre as classes populares, geraram desesperança e descrença em relação aos ideais e projetos utópicos.

Mas será possível fazer uma relação entre utopia e esperança, tomando os aspectos positivos que o discurso utópico apresenta, e despojando-o daquilo que não se afina com as verdades da fé cristã? Em que sentido o discurso utópico parece ser pouco adequado para expressar a tarefa do cristão de transformação do mundo? Podemos falar em uma utopia cristã e rerepresentá-la como resposta ao vazio de sentido para a vida humana e para a história? Diante destas perguntas e tendo como horizonte a crítica de Lima Vaz sobre a presença do paradigma utópico na Teologia da Libertação, este trabalho investigará as ocorrências do

termo “utopia” na reflexão cristológica desenvolvida por Jon Sobrino. A partir disto, tentaremos acenar o quê este autor entende por “utopia”, a fim de explicitar as categorias teológicas relacionadas à utopia, apontando os acertos e incompatibilidades do uso do termo na reflexão teológica cristã.

1 CRÍTICA AO PARADIGMA UTÓPICO NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Por volta das décadas de 50 e 60, surgiram na América Latina diversos movimentos de libertação em todos os níveis, econômico, político, cultural e eclesial, para tentar responder à situação de opressão e de dependência em que se encontravam inúmeras populações do continente latino-americano. Esse clima libertário atingiu também o ambiente eclesial, ocasionando o surgimento de diversos movimentos, com forte protagonismo dos leigos, tais como a JUC, JEC e JOC, e grupos de círculos bíblicos, que articulavam fé e vida, e que culminaram no surgimento das comunidades eclesiais de base (CEBs). Essa Igreja envolvida com a problemática da libertação e próxima da situação do povo pobre possibilitou a elaboração de uma teologia diferente, inserida na problemática concreta da libertação e atenta ao clamor das classes populares.

A Teologia da Libertação foi impulsionada também pelas decisões do Concílio Vaticano II, já que nele a Igreja Latino-Americana foi desafiada a assumir o compromisso de ser uma “Igreja dos Pobres” diante da realidade econômica, social e cultural, caracterizada pela desigualdade social, pobreza e miséria, e dependência dos países latino-americanos das potências de economia capitalista. Pode-se dizer que foi na Conferência Episcopal de Medellín (1968) que se deu o marco inicial para o nascimento desta teologia bastante singular, posteriormente denominada Teologia da Libertação: “Medellín significa também o nascimento da TdL, usando inúmeras vezes o termo ‘libertação’ já sob a influência das teorias sócio-políticas da dependência e libertação” (LIBÂNIO, J. B.; VÁZQUEZ, Ulpiano, 1985, p. 158). Em 1971, Gustavo Gutiérrez publicou o livro “Teologia da Libertação”, abrindo caminho para a reflexão teológica latino-americana, em chave libertadora. Aos poucos, a semântica da “libertação” começou a penetrar nos diversos espaços eclesiais e acadêmicos, seja através do vocabulário do clero e dos agentes de pastorais, ou na produção de escritos acadêmicos.

Com o passar do tempo, sobretudo, a partir dos anos 80, notou-se certo esgotamento do discurso da libertação e uma crescente oposição à Teologia da Libertação (TdL)² por parte de diversos setores conservadores da Igreja. Constata-se também, as diversas intervenções eclesiais no sentido de tentar reverter o processo de reflexão teológica que vinha acontecendo na América Latina. Surgiram diversas críticas aos ensinamentos da TdL e à prática pastoral sustentada por esta teologia (LIBÂNIO, J. B.; VÁZQUEZ, Ulpiano, 1985, p. 160-161). De fato, ao sublinhar demasiadamente o aspecto da libertação das escravidões e opressões de ordem temporal, com ênfase na dimensão social e política, a reflexão teológica da TdL

2 A partir desse ponto, utilizaremos a sigla TdL para Teologia da Libertação.

parece ter relegado para o segundo plano, a libertação da escravidão do pecado e a dimensão transcendente da fé.

É dentro deste contexto que se situa o texto da Congregação para a Doutrina da fé, visando a corrigir os possíveis desvios da reflexão teológico-pastoral latino-americana e a preservar a ortodoxia da fé e a integridade das práticas eclesiais de qualquer espécie de ideologia. A *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, publicada em 1984 através do Dicastério Romano aponta para alguns desvios e perigos contidos nos ensinamentos da TdL, que podem ser prejudiciais à vivência da fé e vida cristã, sobretudo, a utilização da chamada “análise marxista” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1986, p. 6). Pode-se dizer que o documento parte do pressuposto de que esta teologia teria como eixo central de sua reflexão uma leitura marxista do conjunto da história humana, entendida como luta de classes, inclusive das realidades religiosas e da fé. O documento mostra também a incompatibilidade entre o uso dos conceitos da análise marxista e o ensinamento teológico cristão. Na *Instrução*, o então prefeito da Congregação para a Doutrina de fé, o Cardeal Joseph Ratzinger, adverte sobre alguns desvios teológicos para a compreensão das verdades fundamentais da fé cristã, ao ter sido submetida ao crivo da categoria marxista de classe.

Dentro desta concepção, a luta de classes é o motor da história. A história torna-se assim uma noção central. Afirmar-se-á que Deus se fez história. Acrescentar-se-á que não existe senão uma única história, na qual já não é possível distinguir entre história da salvação e história profana. Manter a distinção seria cair num “dualismo”. Semeilhantes afirmações refletem um imanentismo historicista. Tende-se deste modo a identificar o Reino de Deus e o seu advento com o movimento de libertação humana e a fazer da mesma história o sujeito de seu próprio desenvolvimento como processo de auto-redenção do homem por meio da luta de classes. Esta identificação está em oposição com a fé da Igreja, como foi lembrada pelo Concílio Vaticano II (INSTRUÇÃO, IX, n. 3).

Logo após a publicação da *Instrução*, o filósofo Henrique Cláudio de Lima Vaz publicou um artigo intitulado “Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da Teologia da Libertação”, no editorial da Revista Síntese (1984), no qual aprofunda a intuição central do documento eclesial afirmando que aquela fundamentação teórica marxista utilizada pela TdL, estruturalmente ateia segundo a *Instrução*, seria na verdade, parte de um discurso utópico-secularizado. Lima Vaz defende que é em torno desta última questão que o documento do Magistério deve ser analisado. Diante do contexto de forte repressão política e exploração econômico-social vivida pelos países latino-americanos, o pensamento utópico, sob a aparência de “categorias marxistas” exerceu forte influência sobre a militância cristã, e sobre as principais teóricas da TdL. Consideraremos esta análise da *Instrução* e, a consequente crítica vaziana à presença do pensamento utópico na reflexão teológica latino-americana como uma chave de interpretação do paradigma utópico utilizado pelas Teologias da Libertação.

[...] a questão de fundo levantada pela Instrução diz respeito ao reaparecimento, no contexto dessas novas teologias, da velha oposição entre Cristianismo e pensamento utópico. Trata-se de uma oposição que se estabelece exatamente no plano da teologia da História ou ainda de uma leitura cristológica da História consequente e coerente. São os traços utópicos identificáveis nas “teologias da libertação” visada pela Instrução que acabam sendo os traços de união que as tornam uma visão “total e globalizante” (Inst. X, 2). Ao se exprimirem nas categorias de base dessa forma extrema de utopia secularizada, estruturalmente ateia, que é o marxismo, esses traços vincam mais profundamente a oposição entre utopia e Cristianismo: e é em torno dessa oposição que a questão decisiva está posta (VAZ, 1984, p. 8).

A grande crítica de Vaz se detém sobre a utilização do discurso utópico na reflexão da TdL, que em sua “expressão marxizante”, engloba as diversas categorias contidas na “análise marxista”. Segundo Lima Vaz, o marxismo é a expressão mais radical e secularizada do pensamento utópico, unindo materialismo, ateísmo e utopia. De acordo com o filósofo, o ponto de partida do pensamento utópico é a transformação radical da história sem sair dos limites do espaço e do tempo, ou seja, a partir da própria imanência busca-se superar as contingências da história, em vista da construção de um mundo novo, de uma sociedade perfeita: “A utopia se define, assim, como intento de negação do mundo através do paroxismo da sua afirmação ou, para usar a metáfora clássica, como um intento de instauração de um além do mundo na imanência absoluta de seu aquém” (VAZ, 1984, p. 11). Assim, para Lima Vaz, parece haver uma incompatibilidade entre o discurso utópico e a teologia da história, em razão do fato de que o discurso primeiro é eminentemente ateu e imanentista, enquanto que a visão cristã da história parte da presença do Absoluto no tempo, que ao assumir a história eleva-a à plenitude, transformando-a em História da salvação:

[...] do ponto de vista da teologia cristã da História se mostra constitutivamente um discurso ateu, pois transfere para o próprio devir histórico na sua imanência o predicado divino da asseidade (o que existe se explica exclusivamente a partir de si mesmo: a se)” (VAZ, 1984, p. 10).

Para Lima Vaz, a presença do pensamento utópico na tradição teológica cristã é inassimilável, pois ao realizar uma leitura materialista da história, coloca em questão o caráter normativo e absoluto do Fato Cristo. Tomar a “luta de classes” como o princípio fundante do curso histórico, o motor do processo histórico, é esquecer o eixo cristológico da história da Salvação, ou seja, “desconhecer o dado de que pela Encarnação, Morte e Ressurreição de Jesus, Deus já disse sobre a história humana a última e definitiva palavra” (LIBÂNIO, J. B.; VÁZQUEZ, Ulpiano, 1985, p. 165). Por outro lado, o projeto utópico marxista de instauração de um reino messiânico imanente, ao qual se chega pela “luta de classes” que implica numa sociedade baseada na violência e que deve ser combatida com a violência revolucionária para

implantar a sociedade sem classe, superando todas as realidades de injustiças e que toma para si os predicados do Reino de Deus, ameaça a compreensão escatológica do Reino de Deus, pois, de acordo com a Revelação cristã, ele acontece já na história pela ação de Deus, mas não ainda de modo pleno, consumando-se no fim dos tempos.

O suco materialista da utopia em território teológico cristão ameaçava, em suma, provocar uma grave ruptura da unicidade e da novidade absoluta do Fato do Cristo, realimentando permanentemente a expectativa da instauração do Reino de Deus sobre a terra ou ainda distendendo utopicamente a consciência cristã na direção de um futuro de realização terrena, politicamente entendida da justiça divina – na direção do mito de uma cidade terena radicalmente nova – que se contrapõe ao axioma fundamental da teologia cristã da História enunciado, já no século II, por Santo Ireneu: *Omnem novitatem attulit, seipsum afferens, qui fuerat annuntiatus* (Adv. Haer. IV, 34, PG, 7,1083-1084) (VAZ, 1984, p. 14).

Toda reflexão teológica é limitada e imperfeita, pois caminha entre o Dado da Revelação, do qual pretende ser intérprete, e a limitação da linguagem humana para expressá-lo. Assim, podemos dizer que o limite e o risco da Teologia da Libertação apontados na Instrução e pela crítica de Henrique Cláudio de Lima Vaz, refere-se “à redução do projeto salvífico escatológico de Deus à pura dimensão terrena, histórica, ao acentuar a realização da utopia humana da justiça, da fraternidade, da solidariedade” (LIBANIO, J. B.; VÁZQUEZ, Ulpiano, 1985, p. 165). Tanto o texto da Instrução quanto o artigo de Lima Vaz apontam para incompatibilidade entre os conceitos da teologia cristã e as categorias do discurso utópico, para os possíveis riscos e equívocos da utilização destas categorias para os elementos basilares da fé cristã. Tendo como horizonte este critério hermenêutico, procederemos à análise do paradigma utópico na Teologia da libertação desenvolvida por Jon Sobrino, apontando as ocorrências do termo “utopia” nas obras selecionadas do autor, acenando para o significado do termo e sua relação com as categorias do discurso teológico.

2 O PARADIGMA UTÓPICO EM JON SOBRINO

A presença ou ausência do paradigma utópico na obra de Jon Sobrino pode ser observada de modo especial nos livros: *Cristologia a partir da América Latina: esboço a partir do seguimento do Jesus histórico*, *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia* e *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. No primeiro livro, publicado em 1976, o autor apresenta uma cristologia que pretende ser: eclesial, histórica e trinitária. O ponto de partida desta cristologia é o Jesus histórico, isto é, a pessoa, pregação, atividade, atitudes e a morte na cruz de Jesus de Nazaré. No segundo livro, mais recente, publicado em 1982, Jon Sobrino recolhe uma série de artigos relacionados ao tema da relevância de Jesus de Nazaré para a fé e a vida dos cristãos da América Latina. Nesta obra, o autor pretende realizar uma

“cristologia integral” (SOARES, 2009, p. 97), esclarecendo e respondendo às dúvidas surgidas em relação à cristologia latino-americana e às afirmações presentes em *Cristologia a partir da América Latina*. Sobrino explicita também a importância do Jesus histórico para a cristologia. Em *Jesus, o Libertador*, publicado em 1991, Sobrino busca fazer uma cristologia que apresente a verdade sobre Jesus Cristo a partir da perspectiva da libertação. O teólogo lembra que esta obra foi redigida em meio aos diversos conflitos e perseguições ocorridos em El Salvador, e que foram decisivos para se pensar sobre Jesus Cristo.

A partir da leitura crítica destas obras, é possível notar que o “paradigma utópico” aparece relacionado às seguintes categorias teológicas: Reino de Deus, Ressurreição e Seguimento. A utopia esperada na realidade latino-americana diz respeito à “libertação integral” do ser humano ou o fato de que o Reino de Deus se torne realidade concreta: “Ora, nesse mundo a utopia esperada não é qualquer utopia, mas a esperança de que a vida, como fato primário de sobreviver, a dignidade dos marginalizados e a fraternidade fundamental, numa palavra, a justiça, sejam possíveis” (SOBRINO, 1994, p. 184). O teólogo constata que a realidade histórica do Terceiro Mundo se assemelha em grande parte ao contexto em que surgiu a noção de “reino de Deus”. Também recorda que o próprio Jesus está inserido na “corrente esperada da história”, isto é, na corrente daqueles que acreditam que a realidade presente de sofrimento e opressão não é a última palavra para a história e, por isso, formulam continuamente uma nova utopia, que crê na possibilidade de realização da justiça (SOBRINO, 1994, p. 118).

A categoria “Reino de Deus” é central para a reflexão teológica latino-americana, por conta de suas próprias características, a saber: histórica, profética e popular. “O reino de Deus oferece à teologia uma totalidade para que esta possa ser simplesmente teologia, e uma historização específica da totalidade para que a teologia possa ser teologia *da libertação*” (SOBRINO, 1994, p. 185). Jon Sobrino lembra que este conceito é central na pregação de Jesus, pois este não prega a si mesmo, mas o Reino de Deus. Esta pregação do Reino de Deus realizada por Jesus está inserida na perspectiva profética e apocalíptica do povo de Israel. Para Sobrino, sabemos o que significa o reinado de Deus para os profetas “pela utopia que anunciam frente à concreta realidade histórica de opressão, que é ao mesmo tempo desconhecimento do Deus do reino e injustiça ao pobre” (SOBRINO, 1985, p. 131). Da mesma forma, o Reino de Deus anunciado por Jesus é designado como utopia: “O que seja, pois, proximidade do reino já tem uma primeira caracterização importante: a utopia absoluta é para os pobres e a eles é pregada e anunciada” (SOBRINO, 1985, p. 133).

Este anúncio do Reino possui um caráter escatológico e é realizado por meio de palavras e pela práxis. O teólogo expõe diversas interpretações elaboradas na teologia sobre o caráter escatológico do reino e para designar o que seria o “último” anunciado por Jesus, concluindo que o comum das colocações apresentadas se refere ao fato de que “[...] o Reino de Deus se torna presente enquanto se deixa ser utopia, pessoal e social, quer dizer, realidade futura” (SOBRINO, 1983, p. 86). A partir daí, Sobrino se pergunta pelo modo como se vive esta utopia para que corresponda realmente à realidade do Reino que vem: “Esse reino de

Deus não é apresentado apenas como utopia atingível unicamente na esperança, mas também como realidade que é preciso servir, como algo que se deve realizar, seja qual for também sua gratuidade” (SOBRINO, 1985, p. 110). A dimensão histórica do Reino de Deus é fortemente valorizada pela teologia da libertação, pois insiste na necessidade de concretizá-lo e torná-lo já presente, embora reconheça também, que só no final da história se dará sua plenitude:

O reino de Deus nunca é adequadamente historizável por ser utopia, mas isto não o des-historiza, ao contrário, move a torná-lo presente através de mediações históricas e para realizá-lo em todos os níveis da realidade histórica; a utopia transforma-se em fonte de ideologias funcionais para configurar a história (SOBRINO, 1994, p. 193).

O conteúdo do reino de Deus está perpassado por uma transcendência histórica e teologal. Para Sobrino, a “vida justa” é o conteúdo histórico do reino de Deus, pois esta indica sempre um “mais”, uma “boa-notícia” para milhões de pessoas que são privadas deste direito básico e fundamental e, ao mesmo tempo, impulsiona a buscar caminhos para que todos tenham acesso a uma vida digna e justa: “Falamos de ‘vida’ porque nela se concentra o histórico e o utópico do reino de Deus, e acrescentamos ‘justa’ para indicar o caráter formalmente libertador do reino” (SOBRINO, 1994, p. 196). Por outro lado, Jon Sobrino aponta também, para a dimensão teologal do reino de Deus, afirmando que o Deus “do reino” é o Deus da vida, de modo especial, Deus da vida dos pobres e das vítimas. Na cruz de Jesus, o Deus maior se revela como o Deus menor, que impulsiona os pobres a continuarem construindo o “reino de vida justa”. O “Deus menor” é um princípio utópico:

Enquanto princípio utópico, esse Deus continua dando início a realidades boas para os pobres, na história e contra a história: esperança, luta pela justiça, paz, comunidade... E continua animando a tornar simultâneas na história coisas tão difíceis como são a luta pela justiça e o trabalho pela paz, a eficácia da gratuidade, a ação e a contemplação, a prática e o espírito... E na medida em tudo isso for realidade é que se reconhece a Deus como presente em seu reino e o que o reino é ‘de Deus’. Desta forma, historizadamente, construir o reino é caminhar para Deus, até que todos os principados – o anti-reino – sejam vencidos e Deus seja tudo em todos: o reino definitivo de Deus (SOBRINO, 1994, p. 201).

Afirmar que o Reino é “de Deus”, significa dizer o que acontece na história quando Deus reina, isto é, a erradicação da opressão, libertação das escravidões e a realização da vida justa para os pobres. Assim, a utopia do Reino se dirige, primeiramente, à erradicação do anti-reino, ou seja, daquelas situações de pobreza, opressão e injustiça que persistem na realidade latino-americana. “O anti-reino não é a ausência ou o ainda-não do reino, mas sua contradição formal. Construir o reino é destruir o anti-reino, salvar as pessoas é libertá-las de suas escravidões” (SOBRINO, 1994, p. 189). Para Sobrino, ao Reino de Deus que vem, se

responde através da atitude de confiança incondicional e na práxis concreta segundo Jesus, que inclui a disponibilidade ao seguimento, a fim de transformar a realidade de modo que esta se aproxime da realidade do Reino.

O teólogo recorda que a metodologia própria da teologia da libertação parte dos destinatários do Reino, porque considera que por meio destes se esclarece o conteúdo do que seja o Reino de Deus. A partir dos destinatários do Reino torna-se concreta a utopia e a salvação do Reino, bem como aquilo que se opõe a esta realidade (anti-reino). Os destinatários do Reino são os pobres, tal como nos informa os dados exegéticos neotestamentários. Para a teologia da libertação estes se constituem numa realidade econômica, social, coletiva, histórica e política: “De qualquer modo o que interessa à teologia da libertação e o que propõe metodologicamente é levar a sério que ‘estes’ pobres do evangelho são os destinatários do reino de Deus e que a partir ‘destes’ pobres se pode concretizar o que seja o reino de Deus”³. Diante disso, pode-se dizer que só podemos compreender o que significa o reino de Deus a partir da “esperança dos pobres”. Não se trata aqui de qualquer esperança, mas de uma “esperança contra esperança”, que surge e se mantém concretamente em meio às desventuras e realidades de opressão experimentadas pelos mais pobres.

Em resumo, o reino de Deus é uma utopia que responde a uma esperança popular secular no meio de inumeráveis calamidades históricas; é, por isso, o bom e o sumamente bom. Mas é também algo libertador, por que vem no meio e contra a opressão do anti-reino. Necessita e gera uma esperança que é também libertadora da compreensível desesperança historicamente acumulada deste fato: quem triunfa na história é o anti-reino (SOBRINO, 1994, p. 113).

Diante desta aproximação entre Reino de Deus e utopia é preciso apontar para alguns elementos que serão retomados posteriormente e que parecem ser incompatíveis com o dado bíblico a respeito da pregação do Reino de Deus realizada por Jesus. Primeiramente, é preciso lembrar que o reino não é “adequadamente historizável”, ou melhor, que sua realização plena extrapola as coordenadas históricas, não por conta do fato de ser utopia, mas sim porque implica na tensão escatológica entre o “já” iniciado e o “ainda-não” de sua plenificação. O Reino de Deus irrompe na história, como realidade já começada, mas aberta ao futuro do cumprimento da promessa de Deus. Por outro lado, a ênfase sobre a dimensão histórica do reino de Deus e na importância da práxis para aproximá-lo podem levar a reduzi-lo a um anseio puramente humano e histórico, negligenciando sua dimensão transcendente e gratuita. A dimensão utópica do reino de Deus pode ser associada a uma força subversiva que denuncia o presente histórico de dominação e opressão, mobilizando a transformação da realidade presente para que esta seja mais parecida com o sonho de Deus.

3 “En cualquier caso, lo que interesa a la teología de la liberación y lo que propone metodologicamente es tomar en serio que ‘estos’ pobres se puede concretar lo que sea el reino de Dios” (SOBRINO, Jon. *Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación*. In: ELLACURIA, Ignacio; JON, Sobrino (Org.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. v. 1. Madrid: Editorial Trotta, 1990, p. 489, tradução nossa).

Outra referência ao paradigma utópico, na obra de Jon Sobrino, encontra-se na aproximação entre utopia e a ressurreição de Jesus. A ressurreição indica a utopia final, aponta para a plenificação e libertação totais e, consequentemente, desencadeia uma esperança radical já na história. O teólogo afirma que o princípio hermenêutico para compreendermos a ressurreição de Jesus é a realização de uma esperança, que é utópica, pois está relacionada aos vários níveis da realidade, pessoal e histórica. Ela não é ingênua, pois acontece e leva em consideração os sofrimentos dos seres humanos. A utopia é vista como paradigma da ressurreição, pois no Ressuscitado, primícia da ressurreição universal, acontece a realização da promessa definitiva para a qual caminhamos: “Certamente foi utopia a pregação do Reino de Deus, utopia é o paradigma da ressurreição de Jesus como ‘primogênito’ ao qual se seguirá a transformação universal, utopia é o fato de que Deus seja tudo em todos. É certo que através da ressurreição de Jesus já se realizou a utopia nele” (SOBRINO, 1983, p. 239).

Diante disso, Jon Sobrino, afirma que a fé cristã vive da utopia e não pode renunciá-la, já que vivemos num mundo marcado pelo pecado e pelas “cruzes históricas”, embora confesse que em Jesus esta utopia já se realizou e está se realizando em cada homem. O teólogo afirma que com a ressurreição do crucificado, a esperança cristã se torna uma terceira alternativa contra o ceticismo e o otimismo, porque nos permite compreender “a história a partir do futuro de uma promessa e não apenas a partir de um presente de miséria”. Deste modo, a esperança cristã se torna “esperança contra esperança” ou “esperança utópica”. “A esperança cristã acredita numa utopia (u-topia = sem lugar), cujo lugar é a ressurreição e seu sem-lugar é a cruz” (SOBRINO, 1983, p. 399). O autor também recorda que a utopia da ressurreição só se torna real a partir da cruz:

No cristianismo se afirma esta esperança, e onde se encontra a topia da utopia, mas se afirma também a partir de que lugar se aprecia a utopia, a partir da negação concreta aparece à transformação final como algo utópico, mas não meramente ideológico. Este lugar não é meramente contingência, limitação humana, mas a cruz de Jesus e as cruzes históricas. O “u” da u-topia se torna real a partir da cruz. Por isso, paradoxalmente, quanto mais se aprofunda na cruz, tanto mais se aprofunda na ressurreição, quanto mais profunda é a “contra esperança” da cruz, mais viva é a “esperança” da ressurreição (SOBRINO, 1983, p. 240).

Na aproximação entre Ressurreição e utopia, Sobrino parece colocar a utopia como sinônimo de esperança da Ressurreição. De fato, o acontecimento da ressurreição de Jesus Cristo condensa todas as esperanças e anseios humanos, que dizem respeito ao fim da morte e do sofrimento, o triunfo da justiça sobre a injustiça, o desejo de vida plena e feliz. Nesse sentido, a ressurreição de Jesus dentre os mortos seria a radical utopia da história, pois nela se encontra a promessa de plenificação da história, a meta para a qual devemos nos encaminhar. Esta vitória final só pode ser compreendida e esperada a partir de uma esperança utópica, isto é, a esperança que permanece aberta ao futuro em meio às cruzes históricas e que motiva

a práxis de libertação a serviço de uma nova criação e da transformação de um mundo não redimido (SOBRINO, 1983, p. 387).

A presença do “paradigma utópico” em Jon Sobrino pode ser observada ainda quando o teólogo trata do tema do seguimento. O seguimento de Jesus ocupa grande importância na reflexão cristológica do autor, pois o seguimento é a chave hermenêutica para chegar ao conhecimento do Jesus histórico e a fé em Cristo se realiza na disponibilidade para o seu seguimento, isto é, na disponibilidade para continuar na história sua prática em favor da construção do Reino. O teólogo lembra que uma das principais contribuições da cristologia latino-americana se refere à ênfase no Jesus histórico e na necessidade do seu seguimento: “O Jesus a quem se deve seguir aparece como princípio utópico para o seguidor. Seu seguimento é utópico porque dificilmente se leva a termo sua plena realização; mas é princípio porque principia realidades históricas que fazem com que a história dê mais de si” (SOBRINO, 1985, p. 50). O seguidor de Jesus é animado pelo espírito das bem-aventuranças, que é utópico, por conta da dificuldade histórica em realizá-lo de modo pleno e pela dificuldade em harmonizá-lo com outras exigências do seguimento, que implicam a denúncia e a conflitividade para tornar presente o reino de Deus e a libertação das situações de opressão (SOBRINO, 1985, p. 236).

Este seguimento de Jesus exige a prática da justiça e que esta seja cada vez mais humana; exige que esta prática seja eficaz e que além disso se faça com a vontade das bem-aventuranças, com entranhas de misericórdia, buscando a reconciliação; exige a luta contra a pobreza desumanizante e o processo do próprio empobrecimento; exige a esperança indestrutível de uma vinda do reino, e que se mantenha esta esperança muitas vezes contra toda esperança; exige uma prática tendente a aproximar do reino de Deus, como realidade social, estrutural, e a criação do homem novo (SOBRINO, 1985, p. 50).

É possível notar também que a utopia aparece referida à esperança cristã. O autor parece utilizar as duas categorias indistintamente, chegando a unir os dois termos com a expressão “esperança utópica”, que designa aquela esperança radical, que surge quando não se têm mais motivos para esperar. O teólogo latino-americano recorda que a esperança cristã não é ingênua, mas se trata de uma esperança não mais além da morte e da injustiça, mas contra a morte e a injustiça, em outras palavras, uma esperança contra esperança. A ressurreição de Jesus é o fundamento da esperança cristã, que a previne de se transformar em ceticismo ou desespero. Por outro lado, a esperança cristã não pode prescindir da cruz, pois sem esta, a esperança cristã perderia sua concretude e radicalidade, transformando-se em idealismo ou otimismo (SOBRINO, 1983, p. 399).

3 BALANÇO CRÍTICO

O cristianismo é essencialmente escatológico, pois contém no núcleo de sua mensagem uma orientação para o futuro, que move a fé cristã a trabalhar pela transformação e renovação das realidades presentes. Esse futuro para o qual se move a religião cristã, não é outro senão o futuro prometido por Deus, já realizado na Ressurreição de Jesus Cristo, e que se manifestará plenamente na vinda gloriosa de Cristo. A escatologia cristã sabe que a história humana já contém sinais antecipadores da realidade final, mas sua realização plena se encontra para além dos limites da história, quando o Reino de Deus se tornará presente de modo definitivo. A escatologia parte, então, da realidade histórica, e a partir dessa realidade, anuncia as promessas e possibilidades futuras: “A escatologia cristã não fala do futuro. Ela toma seu ponto de partida numa determinada realidade histórica e prediz o futuro da mesma, suas possibilidades futuras e sua eficácia futura” (MOLTMANN, 2003, p. 23).

O conteúdo da escatologia cristã é a esperança. E o fundamento desta esperança é o próprio Deus, porém não se trata de um Deus distante e inatingível, mas do “Deus da esperança”, que está presente na história e que caminha com o seu povo, como nos revela a tradição judaico-cristã. Este Deus se manifesta contra as situações de injustiça e opressão, contra o domínio arrogante dos poderosos. Trata-se do Deus dos pobres, que age em defesa dos últimos, e subverte a lógica de dominação e exclusão. Diante disso, podemos dizer que a esperança cristã possui uma concretude histórica, que entra em conflito com as realidades que se opõem às promessas do Reino de Deus, e motiva a transformação do mundo segundo os valores do Reino: “A esperança cristã é uma esperança de ressurreição e demonstra a sua verdade pela contradição entre o presente e o futuro por ela visualizado, futuro de justiça contra o pecado, de vida contra a morte, de glória contra o sofrimento, de paz contra a divisão” (MOLTMANN, 2003, p. 25).

A esperança cristã e a utopia foram frequentemente aproximadas e distanciadas ao longo da história do cristianismo. Chega-se até mesmo a afirmar que o ambiente de nascimento das utopias é a tradição judaico-cristã, que tem forte ênfase no tema da esperança. De fato, a tradição bíblica está marcada por inúmeros movimentos de libertação, que surgiram da esperança concreta do povo de Israel em meio às realidades de opressão e exploração (LIBANIO, 1989, p. 169). No entanto, apesar da aparente proximidade entre utopia e esperança, é preciso dizer que maior é a distância entre um e outro discurso: “A esperança e o pensamento que a ela corresponde não podem receber a pecha de utopia, pois não se orientam para aquilo que é ‘sem lugar’, mas para aquilo ‘que ainda não tem lugar’ e que pode vir a tê-lo” (MOLTMANN, 2003, p. 32).

Nascidas em ambiente secular, as utopias não possuem uma dimensão transcendente e sua ação está encerrada nos limites da história, não pensa ou deseja realizar algo fora dos limites do tempo. A utopia não necessita da fé cristã teologal, pois sua motivação é o próprio ser humano, seus desejos, valores e sua ética. A utopia deseja construir a sociedade perfeita a partir da própria ação humana. A motivação da esperança é outra, seu ponto de partida é a transcendência, isto é, a confiança na fidelidade e nas promessas de Deus, tal como é expressa

na revelação cristã. A esperança cristã sabe que qualquer mediação humana verdadeira não é meramente fruto do esforço humano, mas instrumento da ação de Deus e que alcança seu acabamento definitivo para além da história.

Em relação às ocorrências do paradigma utópico nas obras analisadas de Jon Sobrino, parece-nos possível dizer que o autor toma a utopia tanto como um princípio mobilizador de uma práxis que visa aproximar concretamente o Reino de Deus, como uma mediação concreta para torná-lo realidade na história, quanto é utilizada para designar a dificuldade de se realizar plenamente a realidade do Reino de Deus na história humana. Nesse sentido, o autor parece apontar para a dupla significação do termo “utopia”: eu + topos (bom lugar) e ouk + topos (não lugar), respectivamente. A primeira significação remete ao fim ou objetivo da utopia, ao modelo a ser buscado, a capacidade da utopia de desencadear ações transformadoras que visam a aproximar a realidade do ideal a ser alcançado. Já a segunda significação evoca o caráter irrealizável da utopia, o seu aspecto inalcançável, o sonho. Em *Mysterium libertacionis*, ao abordar a centralidade do Reino de Deus na Teologia da libertação, Sobrino nos apresenta uma definição de utopia que recolhe a dupla significação mencionada acima: “A utopia é o que atrai com força, o que mobiliza, o que uma e outra vez move a que os seres humanos deem o melhor de si mesmos para realizar o reino. A teologia da libertação crê que a utopia última está mais além da história, mas desde agora move a história”⁴. Cabe-nos observar aqui, que Sobrino e Lima Vaz parecem manejar com dois conceitos distintos de utopia, pois esta definição de utopia dada pelo primeiro parece ser contrária e, até mesmo, anti-utópica em relação àquela dada e trabalhada pelo segundo, em sua crítica ao paradigma utópico na Teologia da libertação:

O que caracteriza fundamentalmente o pensamento utópico é o pressuposto ou projeto de se operar, sem sair da clausura espaço-temporal, uma transformação radical do espaço e do tempo do homem – da sua história. Edificar com a matéria do espaço do mundo e com a trama do tempo empírico a cidade do homem absoluto – ou a sociedade perfeita, torre que se eleva até o céu segundo a figura mítica de Babel (Gn 11,1-9) – eis o desígnio titânico da utopia (VAZ, 1984, p. 11).

Por conta do próprio contexto de nascimento da TdL, marcado pela injustiça social e pela forte opressão sobre os mais pobres, e pelo fato desta teologia valorizar a dimensão histórico-política, acabou-se por acentuar o caráter histórico do reino, afirmando que este diz respeito a uma realidade histórica, que implica em vida digna e justa para todos, embora aponte para um “mais”. Assim, a questão da reserva escatológica acabou sendo reinterpretada por esta reflexão teológica, tendo como horizonte o problema da libertação e da salvação

4 “La utopia es lo que atrae con fuerza, lo que moviliza, lo que una y otra vez mueve a que los seres humanos den lo mejor de sí mismos para realizar el reino. La teología de la liberación cree que la utopia última está más allá de la historia, pero que desde ahora mueve la historia” (SOBRINO, Jon. *Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación*. In: ELLACURIA, Ignacio; JON, Sobrino (Org.). *Mysterium Libertationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. v. 1. Madrid: Editorial Trotta, 1990, p. 505, tradução nossa).

histórica: “A teologia da libertação não rejeita a função da reserva escatológica, mas a interpreta de outra forma. A escatologia não somente põe reservas ao histórico, mas o condena. E, positivamente, não relativiza quaisquer configurações históricas por iguais, mas as hierarquiza”⁵. A teologia da libertação sublinha a necessidade das mediações históricas para tornar o Reino de Deus presente na história, em seus mais diversos níveis: político, econômico, social, cultural e religioso, bem como critica tudo aquilo que se opõe à realidade do Reino de Deus. Esta interpretação de Sobrino a respeito da reserva escatológica parece não ser a mais adequada, pois não se trata de condenação do histórico, mas de sua desabsolutização, pois ela é instância crítica do presente histórico e de toda tentativa de acabamento e plenificação das mediações históricas.

A partir desses esclarecimentos acerca da relação entre a esperança cristã e a utopia, seus pontos de proximidade ou distância, bem como a partir da ideia de utopia com a qual Sobrino parece manejar em seus escritos, apontaremos algumas consequências da utilização do paradigma utópico na reflexão teológica latino-americana, de modo especial nas categorias teológicas trabalhadas pelo autor estudado.

1) Reino de Deus: já dissemos que a categoria “Reino de Deus” ocupa um lugar central na teologia da libertação, de modo especial na reflexão cristológica de Jon Sobrino. A partir dos evangelhos, podemos compreender que a realidade última para Jesus era o Reino de Deus, pois em torno desta categoria se articula toda a sua vida, ministério e destino: “Jesus anunciou uma utopia, algo bom e salvífico, que se aproxima”⁶. O Reino de Deus é definido como utopia que responde às expectativas de libertação e justiça num mundo de miséria e opressão, bem como ao desejo de reconciliação com Deus e entre os homens e libertação do pecado. Para a reflexão teológica latino-americana, o utópico no Reino de Deus designa um horizonte para o qual a história deve se encaminhar para que se realize nesta, a vontade de Deus para os pobres. O caráter utópico do Reino serve também para relativizar os caminhos já percorridos e preservar o Reino de cair na alienação ou ideologia. O teólogo compreende “o utópico do reino de Deus não somente como algo que aparecerá ao final da história, mas como o que já se faz presente como força atraente da história”⁷. O elemento utópico no Reino de Deus é o que faz surgir algo a mais na realidade histórica, isto é, a justiça, a fraternidade, a libertação.

Diante disso, pode-se dizer que o autor parece identificar a utopia do Reino de Deus e o *kérigma* anunciado por Jesus. Mas, definir o Reino de Deus como utopia não parece reduzir a Boa nova anunciada por Jesus a uma esperança demasiadamente secular, para responder aos anseios de instauração da justiça e erradicação das diferenças sociais e da opressão? O contexto de opressão e miséria em que viviam e ainda vivem boa parte da população

5 “La teología de la liberación no rechaza la función de la reserva escatológica, pero la interpreta de otra forma. La escatología no sólo pone ‘reservas’ a lo histórico, sino que lo condena. Y, positivamente, no relativiza toda configuración histórica por igual sino las jerarquiza” (Idem, p. 505, tradução nossa).

6 “Jesús anunció una utopia, algo bueno y salvífico, que se acerca” (Ibidem, p. 477, tradução nossa).

7 “[...] lo utópico del reino de Dios no sólo como lo que acaecerá al final de la historia, sino lo que se hace presente como fuerza atrayente en la historia” (Ibidem, p. 505, tradução nossa).

latino-americana, certamente contribuiu para forjar a identificação entre reino e utopia, pois esta fornece as mediações para configurar a história, tornando-a mais próxima da realidade do Reino de Deus. Apesar de Jon Sobrino afirmar que o utópico no Reino de Deus contribui para relativizar qualquer mediação histórica, impedindo-a de ser confundida com o Reino de Deus, poderíamos nos perguntar se este caráter utópico do reino não acabaria por desvirtuar a compreensão do Reino de Deus, já que a utopia é algo irrealizável, e que não tem lugar na história, e o Reino de Deus é algo que já está presente na história, embora não de forma plena e definitiva. É certo que a plenitude do Reino de Deus não cabe nos limites da história, por isso, apenas nesse sentido caberia a identificação entre reino e utopia, mas a ação salvífica e libertadora de Deus acontecem desde já. “Em Cristo, cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus ficou próximo (cf. Mc 1,15). Somos chamados a viver a sua práxis e a construir, no presente, aquilo que já nos espera no futuro”⁸.

2) Ressurreição: acontecimento central da fé cristã, a Ressurreição do Cristo crucificado provoca uma esperança radical, pois nela se encontram as promessas de um futuro de salvação e libertação absolutas. Em Jesus Cristo, primogênito entre os mortos, já aconteceu a revelação definitiva do poder de Deus sobre a morte, a vitória da justiça sobre a injustiça, da graça sobre o pecado, da libertação sobre a opressão. Deste modo, a Ressurreição de Jesus é antecipação do futuro absoluto, designa não só uma esperança individual, mas também coletiva, por isso podemos esperar com fé a nossa própria ressurreição. Mas a Ressurreição nos remete também ao presente histórico, pois os crentes são chamados a viverem já como homens novos no mundo, isto é, como ressuscitados na história, esforçando-se por tornar concreta na própria vida o senhorio atual de Jesus, que se expressa na disponibilidade em dar vida àqueles cuja vida se encontra ameaçada ou negada: “A Ressurreição de Jesus não o separa da história, mas o introduz nela de uma nova forma, e os crentes no ressuscitado devem viver já como ressuscitados nas condições da história” (SOBRINO, 1985, p. 225). Apesar da Ressurreição de Jesus indicar o sentido final e total da história, bem como a radical esperança, a utopia absoluta e radical, não oferece tantos elementos para indicar como se deve viver já na história, bem como para fazê-la encaminhar-se para a realização da utopia, por isso a opção da TdL pela categoria Reino de Deus, como princípio organizador de sua reflexão.

Ao abordar a relação entre Ressurreição e utopia, Queiruga afirma que esta é utopia na medida em que expressa e concretiza os maiores sonhos e aspirações dos seres humanos, e indicando aquilo que não se situa ou que não tem lugar no espaço e no tempo. O Ressuscitado não pode ser considerado como “utopia” ao modo tradicional, isto, é como aquilo que é irrealizável ou que é produto da imaginação humana, mas como uma realidade “tão plena e transbordante que já não pode ser abraçada pelas medidas essencialmente limitadas da história” (TORRES QUEIRUGA, 1999, p. 199). Por outro lado, Jon Sobrino recorda que para o cristianismo a utopia já se realizou com a Ressurreição de Jesus e que o horizonte correto para compreender sua Ressurreição é a esperança utópica, isto é, a realização de uma

8 KUSMA, Cesar. A Esperança Cristã (Escatologia). <<http://theologicalatinoamericana.com/?p=154>> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

esperança que supõe a transformação da realidade e supere a negatividade e o sofrimento do mundo: “Em linguagem clássica a ressurreição é o *terminus ad quem* da utopia, mas a cruz é o *terminus a quo* da utopia. Neste sentido a esperança utópica é a condição que possibilita conhecer a ressurreição de Jesus” (SOBRINO, 1983, p. 255). Assim, podemos dizer que somente a partir destes esclarecimentos é que se pode fazer uma aproximação entre Ressurreição e utopia, apesar de permanecer o caráter ambíguo do uso do termo para expressar a realidade da Ressurreição. Ao invés de falar em utopia, Sobrino poderia afirmar simplesmente que a Ressurreição é o *terminus ad quem* do humano, já que esta é a promessa e meta definitiva para a qual nos encaminhamos.

3) Seguimento: a cristologia de Jon Sobrino sublinha a importância da práxis para chegar a uma melhor compreensão da vida e do ministério de Jesus, bem como para a vida cristã enquanto atualização do seguimento de Cristo e serviço ao Reino de Deus. Através da práxis e do seguimento de Jesus é possível desmascarar e transformar as realidades do anti-reino, bem como é possível gerar alívio e esperança para os mais pobres. O seguimento de Jesus se realiza em meio às contradições deste mundo e o crente deve saber discernir e optar, na liberdade, por aquele modo de vida que mais se aproxima do seguimento de Jesus, com todas as consequências que esta escolha implica. Assim, para o cristão que se mantém no seguimento de Jesus cabe conservar a utopia do “sim” de Deus ao mundo, isto é, manter-se fiel à práxis do Reino de Deus, ainda que para isso seja preciso enfrentar as realidades da história que se opõem ou dificultam a realização do Reino de Deus.

O seguidor de Jesus deve ser impulsionado pelo espírito das bem-aventuranças, que também é utópico, dado a dificuldade em concretizá-lo plenamente, mas que permitirá maior eficácia à práxis de libertação na história. Para Sobrino, o seguimento de Jesus é utópico, porque o próprio Jesus é como um princípio utópico para o seguidor e porque dificilmente se consegue concretizá-lo plenamente em nossa vida ou a tarefa de libertação integral, que é exigência do seguimento de Jesus. Apesar disso, pelo fato mesmo de ser considerado utópico, o seguimento possibilita a abertura da história para que esta seja sempre “maior” e “melhor” e, por outro lado, mantém e motiva a tarefa dos seguidores de Jesus. Esta consideração do seguimento como utopia parece negligenciar o dado de que o seguimento de Jesus é um processo contínuo, uma realidade dinâmica, na qual vai sendo construída a identidade cristã. O seguimento de Jesus “é sinônimo da totalidade da vida cristã” (SOARES, 2009, p. 21), que vai sendo construída na vida do cristão pela ação do Espírito Santo. É preciso esclarecer também, que na lógica do seguimento de Jesus, os resultados são secundários, mesmo que humanamente eles sejam importantes. Portanto, parece que não cabe falar em seguimento utópico, como algo objetivo e realizado, que é eficaz e produz resultados.

Diante desses esclarecimentos a respeito do seguimento de Jesus, poderíamos nos perguntar em que medida a ênfase na práxis histórica e na própria identificação entre seguimento e utopia, não acabaria por enfraquecer a primazia da graça de Deus sobre a iniciativa humana, caindo numa espécie de semipelagianismo. O acento no seguimento de Jesus parece favorecer uma compreensão voluntarista do compromisso cristão de transformação

do mundo segundo os valores do Reino de Deus. O teólogo latino-americano afirma que “o crente é senhor da história no trabalho pela instalação desse reino, na luta pela justiça e pela libertação integral, na transformação de estruturas injustas em outras mais humanas” (SOBRINO, 1985, p. 226). Apesar disso, o autor recorda também que a teologia da libertação não rejeita a confissão de que a vinda do Reino é iniciativa gratuita de Deus, e que por isso não cabe ao ser humano por suas próprias forças aproximar a vinda do Reino de Deus. Sobrino defende que a gratuidade não se opõe à prática, e que esta última é exigência do próprio cristianismo, já que o próprio Jesus anunciava a proximidade do Reino como iniciativa gratuita de Deus e, ao mesmo tempo, realizava gestos antecipadores da realidade do Reino. Esta práxis na qual o seguidor de Jesus deve se empenhar, não pode ser realizada com *hybris*, mas com agradecimento, isto é, reconhecendo a iniciativa amorosa de Deus que precede a nossa prática histórica.

A partir desses esclarecimentos, observa-se que nas diversas ocorrências, não se fala da utopia como motivação puramente humana, sem relacioná-la com as categorias teológicas. Pode-se dizer que a utilização do “paradigma utópico” na TdL, de modo especial na obra de Jon Sobrino, parece remeter à esperança escatológica da libertação, ao “já e ainda-não” da salvação e libertação absolutas e à necessidade de se buscar mediações históricas para encarná-la na história: “A teologia da libertação sabe muito bem que a utopia é aquilo que por definição, nunca se realiza na história (*outopos*), mas sabe também que há *topoi* na história, e que em alguns melhor que em outros se realiza a vontade de Deus”⁹. Pode-se dizer também, que o uso do termo utopia na reflexão cristológica de Jon Sobrino buscava escapar de ou enfrentar um discurso teológico sem tensão escatológica, bastante presente no contexto atual, ou um cristianismo acomodado e incapaz de exercer uma função crítica em relação às estruturas deste mundo, um cristianismo desencarnado, sem história e passivo.

Por fim, parece ser possível dizer também que pelo fato da TdL ter nascido e se desenvolvido em meio à realidade sofrida dos pobres da América Latina e, por conta das exigências de realização da justiça e da libertação integral deste mesmo contexto, expressão e desdobramento da própria fé cristã, os diversos teólogos latino-americanos, como Jon Sobrino, acabaram lançando mão de elementos aparentemente dissonantes com a doutrina e o discurso teológico cristão, como acusa o Cardeal Josef Ratzinger na *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação* e o filósofo Henrique Cláudio de Lima Vaz, em seu artigo *Cristianismo e pensamento utópico: a propósito da Teologia da Libertação*. Mas o que parece estar em jogo aqui é a fidelidade à vocação cristã em seu compromisso na construção de um mundo novo segundo os valores do Reino de Deus, embora algumas mediações não sejam tão adequadas para concretizá-la na história. A ênfase no discurso utópico parece tentar escapar de ou criticar um discurso teológico sem tensão escatológica, um cristianismo sem história e passivo.

9 “La teología de la liberación sabe muy bien que utopia es aquello que por definición nunca se realiza en la historia (*outopos*); pero sabe también que hay *topoi* en la historia, y que en unos mejor que en otros se realiza la voluntad de Dios” (SOBRINO, Jon. *Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación*. In: ELLACURIA, Ignacio; JON, Sobrino (Org.). *Mysterium Libertationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. v. 1. Madrid: Editorial Trotta, 1990, p. 505, tradução nossa).

4 CONCLUSÃO

A presença do paradigma utópico na reflexão teológica de Jon Sobrino apresenta certa ambiguidade, pois o teólogo parece manejar com o duplo significado do termo utopia, permitindo interpretações diversas quando associada às categorias teológicas trabalhadas em sua cristologia. As categorias Reino de Deus, Ressurreição e Seguimento parecem possuir elementos utópicos, se consideramos a sua dimensão irrealizável, dentro das coordenadas históricas. Mas o irrealizável para a teologia cristã aponta para o fato de que a história tem um fim, que é Deus mesmo, enquanto que para o pensamento utópico, o irrealizável se deve ao sem fim da história. Por outro lado, essas categorias são também, mais que utopia, pois designam um “excesso” cujos sinais já estão presentes na história.

Sobrino parece pretender sublinhar, ao utilizar o termo utopia, a necessidade de se articular transcendência e realidade histórica, a dimensão política e social da fé, bem como a distância entre o sonho de Deus para a humanidade e a realidade de opressão e miséria presente em nosso mundo. O autor não desconhece a primazia do agir de Deus sobre a história, tal como se constata na Revelação cristã, mas ressalta que o crente também é chamado a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, de acordo com os valores do Reino de Deus. O teólogo também reconhece que a reconciliação dos seres humanos com Deus e com o próximo e a libertação do pecado também se encontram no horizonte da utopia cristã. Assim, seu conteúdo não é apenas secular ou histórico, mas nele também estão contidas as promessas de Deus para além da história, a renovação e plenificação de todas as coisas. Ao utilizar o discurso utópico, o teólogo parece chamar a atenção também para um discurso teológico pouco encarnado na dinâmica histórica e para a vivência de um cristianismo incapaz de ter incidência concreta na vida das pessoas e na realidade social.

As dimensões do futuro e da esperança pertencem à estrutura antropológica do ser humano. Sendo assim, o homem é um ser inquieto e insatisfeito, que está sempre a caminho, em busca da realização de seus desejos e aspirações. Mas o crente não caminha indefinidamente, sem horizonte e ponto de chegada, imerso na presunção ou no desespero, pois é animado pela esperança que está fundamentada na pessoa de Jesus Cristo. Nele se encontra a antecipação e realização de nossas esperanças. Deste modo, podemos caminhar já com a certeza de que a realidade última e definitiva já se iniciou e está acontecendo na história e em nossas vidas, embora não de modo pleno. Portanto, melhor que falar em utopia, seria melhor recorreremos à esperança, virtude genuinamente cristã e profundamente realista, que impulsiona o ser humano para abrir-se ao futuro de Deus e desmascara o ceticismo e a inércia daqueles que não querem enxergar as possibilidades de Deus para a história, ou preferem contentar-se com a figura deste mundo. A utopia deve transformar-se em esperança, se quiser encontrar *topia* e tornar-se força revolucionária no presente da história. Por outro lado, a utopia não pode prescindir da esperança cristã, pois esta exerce função crítica sobre todas as utopias, reconhecendo seus elementos positivos e prevenindo-a de se tornar absoluta e totalitária, porque aponta para o sentido último da história e do ser humano.

O cristão deve dar razão de sua esperança (cf. 1Pd 3,15). Deste modo, podemos dizer que a esperança é companheira inseparável da caminhada e fé cristã. Numa sociedade marcada pelo vazio de sentido, pelo desencantamento com as grandes utopias e ideais sociais, e pela vivência religiosa pouco comprometida com a transformação ou construção de um mundo diferente, cabe ao cristão animado pela esperança, exercer verdadeira função profética, perscrutando no presente árido e incerto os sinais manifestadores das promessas de Deus, propondo caminhos e respostas de sentido para aqueles que se encontram perdidos e desorientados, denunciando ou contradizendo aqueles que preferem manter o *status quo* ou são geradores de relações excludentes que não promovem a dignidade e o bem comum dos seres humanos. Em outras palavras, o cristão movido pela esperança sabe que “quem espera em Cristo não pode mais contentar-se com a realidade dada, mas começa a sofrer por causa dela, a contradizê-la” (MOLTMANN, 2003, p. 28).

REFERÊNCIAS

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da libertação*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

KUSMA, Cesar. A Esperança Cristã (Escatologia). <<http://theologicalatinoamericana.com/?p=154>> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

LIBANIO, João Batista. *Utopia e esperança cristã*. São Paulo: Loyola, 1989.

MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da esperança: estudo sobre os fundamentos e consequências de uma escatologia cristã* [Tradução Helmuth Alfredo Simon]. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

SOARES, Afonso Maria Ligorio (Org.). *Dialogando com Jon Sobrino*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

SOBRINO, Jon. *Centralidad del Reino de Dios en la Teologia de la Liberacion*. In: ELLACURIA, Ignacio; JON, Sobrino (Org.). *Mysterium Libertationis: Conceptos fundamentales de la teologia de la liberación*. v. 1. Madrid: Editorial Trotta, 1990.

_____, *Cristologia a partir da América latina: esboço a partir do seguimento do Jesus histórico* [Tradução de Orlando Bernardi]. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____, *Jesus na América Latina: seu significado para fé e a cristologia*. São Paulo: Loyola e Vozes, 1985.

TORRES QUEIRUGA, Andrés. *Recuperar a salvação: por uma interpretação libertadora da experiência cristã* [Tradução Afonso Maria Ligorio Soares]. São Paulo: Paulus, 1999, p. 199.

VAZ, Henrique C. de Lima. Cristianismo e pensamento utópico. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 5-19, 1984.